ATENDIMENTO A MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS: PROPOSTA PARA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

André Santiago DINIZ[1]; Eliane Gamas FERNANDES[1]; Mateus Guilherme Lopes RIBEIRO[1]*

1. Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil

*Autor correspondente: teteujuca20@gmail.com

Um dos processos migratórios mais decorrentes na América do Sul é o fluxo de imigrantes venezuelanos, que saem evadidos do seu país por conta de diversos fatores, tais como: a crise política; a escassez de recursos básicos, como moradia e alimentação; e a grande violência por parte de grupos armados. Estima-se que em 2017, aproximadamente 25 mil nativos venezuelanos solicitaram refúgio ou habitação temporário no Brasil, sobretudo no estado de Roraima (MILESI; COURY, 2017). Nesse sentido, é crescente no Brasil o número de artigos e trabalhos acadêmicos que se voltam à questão dos impactos psicológicos que a experiência migratória e de refúgio podem suscitar nos sujeitos. Porém, percebeu-se que há uma lacuna teórica no que tange à produção de pesquisas que fomentem à reflexão e construção sobre os modos de efetivação e concretização das políticas públicas migratórias em serviços concretos de saúde mental. Estas lacunas podem ser percebidas na formação profissional do psicólogo, uma vez que se constatam poucas orientações sobre os modos de intervenção, atendimento e acolhimento na esfera da assistência psicossocial, sobretudo com a população de migrantes e refugiados. Desde a graduação, quase não se discute e se reflete sobre a relação entre a Psicologia, a experiência migratória e as políticas públicas. Desse modo, a intervenção e o acolhimento à população de migrantes e refugiados venezuelanos devem estar pautados no viés humanitário, e respeito e valorização aos direitos humanos, no sentido de que devem mobilizar suporte socioassistencial, acesso a recursos materiais e simbólicos desses sujeitos

e grupos, oportunizando uma (re)construção de suas vidas longe de seus países de origem. Assim, não é possível abordar a questão da migração e do refúgio sem levar em consideração o tema das políticas públicas. O Brasil conta com políticas públicas de acolhimento e integração previstas em leis e acordos internacionais. É importante salientar, contudo, que a percepção consensual na literatura é a de que estas políticas públicas falham na tentativa de concretizar ações efetivas em prol da população de migrantes e refugiados no Brasil. De acordo com França, Ramos e Montagner (2019, p. 101), "no presente estudo identificamos a mesma necessidade para os refugiados no Brasil, possibilitando, no futuro, lograr o estabelecimento de um campo de estudo que permita o desenvolvimento efetivo da área". Faz-se necessário salientar que os estados fronteiriços – Acre, Roraima e Amapá, não possuem nenhuma política pública específica para atender a refugiados. Atualmente, o Estado de Rondônia enfrenta uma crise envolvendo a entrada de imigrantes venezuelanos, país que faz fronteira com o estado. Devido à crise política que assola a Venezuela, muitos imigrantes têm chegado à região, resultando em uma crise humanitária no Estado, que não tem preparo ou estrutura para receber os mais de 40.000 venezuelanos que entraram em território brasileiro (MENDONÇA, 2018). O acolhimento e integração na capital Porto Velho é realizado sobretudo pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e a Rede Cáritas. No ano de 2022, foi inaugurado a "Casa de Acolhida Esperança", que visa atender venezuelanos de passagem por Porto Velho, oferecendo refeições, capacitação e inserção no mercado de trabalho. Além disso, eles podem fazer uso dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da rede pública de saúde. Contudo, justifica-se a necessidade de criação de programas e serviços específicos em saúde mental para esta população. Diante do exposto, o objetivo deste texto é apresentar e propor o desenvolvimento de um programa de capacitação acadêmica para atendimentos individuais e grupais a migrantes e refugiados venezuelanos[2]. Para fundamentar o presente trabalho, utilizou-se o método de revisão bibliográfica e consulta aos órgãos governamentais e não governamentais

supracitados. Tal programa prevê: a parceria do Centro Universitário São Lucas/AFYA com a Rede Cáritas, a ADRA e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF) visando a divulgação, transporte e seleção de pacientes, assim como acordo para transformar estes ambientes em opções de campos de estágio obrigatório; curso extracurricular na modalidade teórica com o eixo temático "Migração Venezuelana, Idioma, Políticas Públicas e Psicologia", destinado a estudantes e profissionais de Psicologia, com carga horária, valores previamente definidos e parceria com centros de idiomas para ofertar bolsas de estudo da língua espanhola; e atuação desses estudantes no Serviço de Psicologia Aplicada da São Lucas (SPA), através de atendimento individual e em grupo, bem como realização de visitas técnicas, palestras e estágios nos locais das organizações parceiras do programa. A implementação deste programa seria uma forma prática e objetiva de efetivar o direito constitucional à Saúde, em particular a Saúde Mental, visando contribuindo para o fortalecimento da rede socioassistencial destinado a este público-alvo, fomentando a conscientização de seus próprios direitos enquanto migrantes e refugiados e melhorando a formação acadêmica dos estudantes de Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Migração Venezuelana; Políticas Públicas; Saúde Mental; Efetivação de serviços e programas.